

BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE A VOLATILIDADE ELEITORAL PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ENTRE 2010 E 2014

Mauro Petersem Domingues
UFES. E-mail: mpetersem@hotmail.com

RESUMO

Este pequeno artigo consiste na análise de dados agregados do desempenho de partidos e coligações na disputa eleitoral pelo cargo de Presidente da República do Brasil nos anos de 2010 e 2014. A análise da volatilidade eleitoral registrada entre aquelas eleições tem por objetivo aferir possíveis transformações que estejam em curso em nosso sistema partidário e no comportamento agregado do eleitorado. O que se pretende identificar é se realmente houve, tal como divulgado na mídia brasileira, um aumento significativo da alienação eleitoral nas eleições de 2014, atribuído pela mesma mídia a um possível desencanto da sociedade brasileira com o regime democrático em decorrência do aumento da corrupção na política no Brasil nos últimos anos. Além da alienação eleitoral, pretende o artigo identificar se o primeiro turno das eleições de 2014 demonstra a tendência, também comentada na mídia, de declínio da polarização das disputas políticas pela Presidência entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira. Os resultados encontrados apontam para um aumento moderado da alienação eleitoral e um pequeno avanço de uma terceira candidatura, alternativa às do PT e PSDB, com um declínio significativo do desempenho do primeiro sem alteração de desempenho deste último, resultando em um ligeiro aumento da participação de pequenos partidos de direita e de esquerda nas escolhas dos eleitores para a Presidência da República.

Palavras-Chaves: Volatilidade Eleitoral; Alienação Eleitoral; Sistema Partidário; Brasil.

INTRODUÇÃO

Segundo Pedersen, compreende-se por volatilidade eleitoral o nível de instabilidade agregada total nas votações dos partidos entre uma eleição e outra para o mesmo cargo em disputa. Pedersen propôs um índice que pudesse medir até que ponto um sistema partidário, ou antes, a força eleitoral dos partidos, se mantinha estável ou apresentava alterações ao longo do tempo. Um índice alto de instabilidade (volatilidade) das votações nos partidos ao longo do tempo poderia indicar, seja a instabilidade do sistema partidário em questão, seja a ocorrência de um processo de realinhamento desse sistema (PEDERSEN, 1979).

O que pretendemos neste pequeno estudo é, utilizando o índice de volatilidade eleitoral de Pedersen, identificar se é possível afirmar que a força eleitoral relativa dos partidos ou blocos registrou uma grande oscilação entre as eleições de 2010 e 2014 de modo a justificar a afirmação de que estaria ocorrendo um realinhamento eleitoral que aponte para a superação da polarização entre os blocos liderados pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido da Social Democracia Brasileira, vigente desde o pleito de 1994, tema que vem sendo discutido através da mídia nos últimos tempos.

O cálculo da volatilidade eleitoral é feito através da comparação dos desempenhos (proporções dos votos) obtidos pelos partidos ou coligações em disputa entre duas eleições sucessivas¹. Diferentemente do que se costuma fazer nos cálculos de volatilidade eleitoral, o presente estudo não descartará a chamada alienação eleitoral no processo de cálculo. Como temos interesse em avaliar o comportamento do eleitorado como um todo e não apenas daquela parcela que indicou a preferência por alguma das forças em disputa, nosso estudo considera, para efeito do cálculo da volatilidade eleitoral, a proporção de votos obtida por cada partido ou coligação em relação ao eleitorado total e não ao total de votos considerados válidos. Em função dessa mudança do cálculo, os valores obtidos para a volatilidade eleitoral serão sempre menores do que seriam se tomássemos por base apenas os votos válidos. Por outro lado, esse

¹ Paulo Sérgio Peres resume assim a fórmula proposta por Pedersen para o cálculo da volatilidade eleitoral:

$VT = \frac{1}{2} \sum |V_{i,t} - V_{i,t-1}|$, em que VT representa a volatilidade total ou sistêmica, $V_{i,t}$ a porcentagem de votos obtidos pelo partido i na eleição t , e $V_{i,t-1}$ a porcentagem do partido i na eleição $t-1$; sendo que $0 \leq VT \leq 100$. (PERES, 2013, p. 25)

procedimento nos permite levar em consideração os votos em branco, os nulos ou mesmo a abstenção eleitoral como comportamento eleitoral passível de ser analisado em função de sua volatilidade.

A VOLATILIDADE ELEITORAL ENTRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010 E 2014

Um primeiro problema que se põe é saber até que ponto as duas eleições em questão são comparáveis. Nesse sentido, vale registrar que, como pano de fundo geral, não houve mudança significativa nas normas eleitorais entre uma e outra eleição.

Se as regras do mercado eleitoral, em geral, permaneceram as mesmas, a oferta eleitoral, isto é, as forças políticas que se apresentaram para disputar a preferência dos eleitores, também apresentaram continuidade. As presenças, nos dois pleitos aqui considerados, de alianças lideradas pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido da Social Democracia Brasileira, e tendo como terceira força uma campanha liderada pela candidata Marina Silva tornam, a meu ver, perfeitamente comparáveis as duas disputas e permitem, assim, avançar algumas observações pertinentes acerca da estabilidade ou instabilidade das escolhas do eleitorado brasileiro no período.

Durante o período de campanha eleitoral e mesmo após a divulgação dos resultados do primeiro turno, muito se discutiu na mídia e nas redes sociais sobre a ocorrência de um grande aumento da alienação eleitoral² em decorrência de um possível desencantamento do eleitorado brasileiro com os rumos de nosso regime democrático em função de um aumento (real ou percebido) da corrupção política no país, em especial no governo federal comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Também nesse mesmo debate que marcou o processo eleitoral de 2014, muitos analistas apontaram para a expectativa de crescimento de uma “terceira via”, representada pela candidatura de Marina Silva, como alternativa às alianças lideradas pelo PT e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que têm concentrado a disputa pela

² A alienação eleitoral corresponde, segundo Wanderley Guilherme dos Santos, à soma das parcelas do eleitorado que se abstiveram de votar (não compareceram às urnas), votaram em branco ou anularam seus votos, ou seja, não indicaram preferência política por nenhum partido ou candidato numa eleição para um cargo específico (SANTOS, 1987).

presidência desde as eleições de 1994. Seria o fim da polarização política entre esses dois partidos.

Tendo em vista aferir a validade dessas observações colocadas pela mídia e pelas redes sociais, propomos um breve tratamento dos resultados eleitorais utilizando o cálculo da volatilidade eleitoral como instrumento de análise.

Tomando o país como unidade de análise, observamos que a volatilidade total registrada entre as eleições de 2010 e 2014 ficou em 4,79% do total do eleitorado; um índice que pode ser considerado moderado³.

No entanto, como podemos observar na Tabela 1, toda a volatilidade registrada em 2014 corresponde à queda no desempenho eleitoral da aliança que tem à frente o Partido dos Trabalhadores. Todos os demais segmentos do sistema partidário (tal como analisado aqui) foram beneficiados por essa queda de desempenho da aliança petista, aí incluídos os segmentos que anularam seu voto ou votaram em branco e mesmo as abstenções.

Tabela 1: Votação dos Partidos⁴ e Coligações para a Presidência da República em 2010 e 2014 (em percentuais do eleitorado total)

	Votação 2014 (%)	Votação 2010 (%)	Variação	Desempenho
Aliança PT	30,29%	35,09%	-4,79%	-13,66%
Aliança PSDB	24,43%	24,40%	0,04%	0,15%
Marina	15,53%	14,46%	1,07%	7,39%
PPE	1,23%	0,75%	0,48%	63,96%
PPD	0,90%	0,11%	0,79%	731,80%
PPC	0,44%	0,00%	0,44%	NA
Branco	3,10%	2,56%	0,53%	20,81%
Nulos	4,68%	4,51%	0,17%	3,69%
Abstenções	19,39%	18,12%	1,27%	7,02%
Total	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Calculado a partir de TSE.

³ Para se ter uma ideia, segundo Dalton, McAllister e Wattenberg (2003), os países da OCDE registraram média de 12,6% de volatilidade eleitoral durante a década de 1990.

⁴ Para efeito da análise, foram agregados os votos dados aos candidatos dos pequenos partidos de esquerda (PSOL, PSTU, PCO e PCB) e dos pequenos partidos de direita (PSC, PSDC e PRTB) e a candidatura de Eduardo Jorge pelo PV foi classificada como pequeno partido de centro.

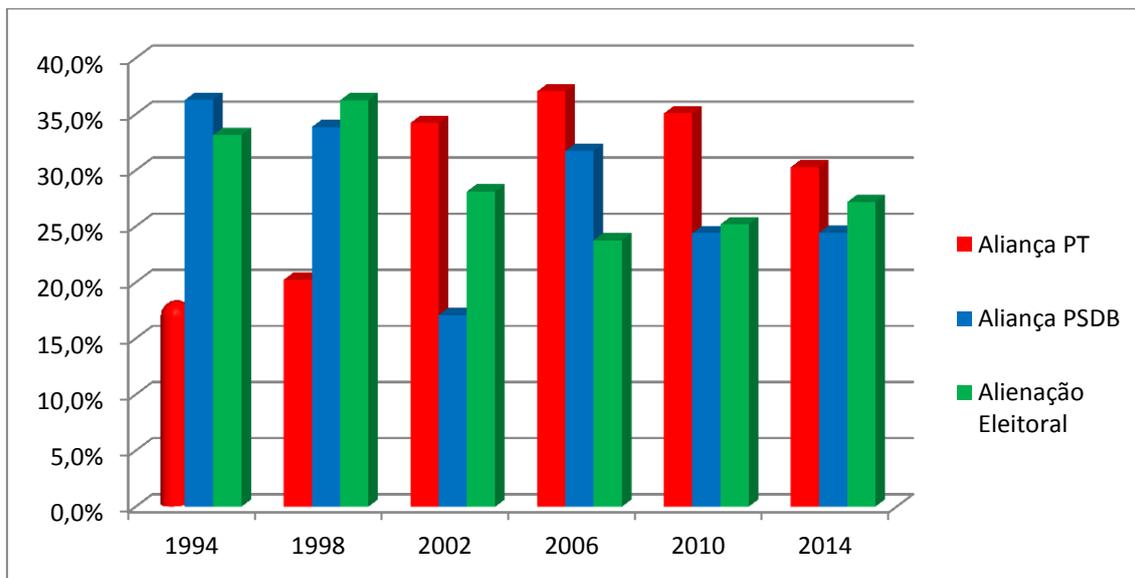
Outro aspecto importante a ser observado é que as demais principais candidaturas pouco se beneficiaram dessa queda de desempenho da aliança petista. Em relação ao total do eleitorado, a aliança capitaneada pelo PSDB se manteve praticamente estagnada, com um aumento de 0,04% em seu desempenho e a aliança liderada por Marina Silva, mesmo estando à frente de um conjunto bem maior de forças políticas que o PV de 2010, atraiu apenas 1,07% a mais do eleitorado.

Comparando o desempenho das alianças e blocos em 2014 com o mesmo desempenho em 2010 sem levar em consideração a parcela do eleitorado que isto representa, os números se tornam mais significativos.

A queda da votação da aliança petista em 2014 foi de 13,66% em relação a 2010. Já a aliança Tucana realmente se manteve estável, com aumento de apenas 0,15% em relação a 2010. Marina aparece com um ganho de 7,39% se comparada a 2010. Nessa forma de comparação, vemos que, proporcionalmente, os pequenos partidos de direita foram os que mais cresceram nessas eleições: nada menos que extraordinários 731,80% em relação à muito baixa votação de 2010. Mas os pequenos partidos de esquerda também mostraram crescimento significativo, de 63,96% em relação a 2010.

A alienação eleitoral de 2014 atingiu 27,17% do eleitorado brasileiro, maior que os 25,19% registrados em 2010, apresentando um crescimento de 7,86%. Em ambas as eleições a abstenção eleitoral superou o volume de votos dados ao segundo candidato mais votado, o que, por si só, mostra a relevância desses números. No entanto, olhada a partir de uma perspectiva histórica um pouco mais ampla, vale destacar que esse mesmo fenômeno já havia ocorrido em 1989 e 1994, com a alienação eleitoral superando os votos de Luís Inácio Lula da Silva, segundo candidato mais votado, chegando mesmo a ultrapassar, em 1998, o volume de votos dados a Fernando Henrique Cardoso, presidente reeleito no primeiro turno. Em 1998, Cardoso obteve 35.936.540 votos e a alienação eleitoral somou o equivalente a 38.351,547 votos, ou 36,25% do total do eleitorado. O patamar alcançado pela alienação eleitoral em 2014 é muito próximo do registrado em 2002 (28,12%), ano em que superou a soma dos votos dados ao segundo, terceiro e quarto candidatos mais votados (COSTA, 2006). Em 2006, a alienação eleitoral declinou para 23,76%, ficando, pela primeira vez desde a retomada das eleições diretas para Presidente em 1989, abaixo do volume de votos alcançado pelo segundo candidato mais votado no primeiro turno, Geraldo Alckmin do PSDB (TSE).

Gráfico 1: Desempenho dos Principais Candidatos à Presidência e Taxas de Alienação Eleitoral (1994-2014).



Fonte: Tabulação a partir de TSE.

ANÁLISE POR REGIÃO

Dada a importância publicamente atribuída aos aspectos regionais nesta última eleição, pode ser conveniente abordar também o fenômeno da volatilidade eleitoral a partir de sua configuração regional. Com esse intuito, agregamos os dados dos resultados eleitorais do primeiro turno das eleições presidenciais de 2010 e 2014 conforme a divisão por regiões administrativas oficial do país, conforme pode ser observado na Tabela 2 abaixo.

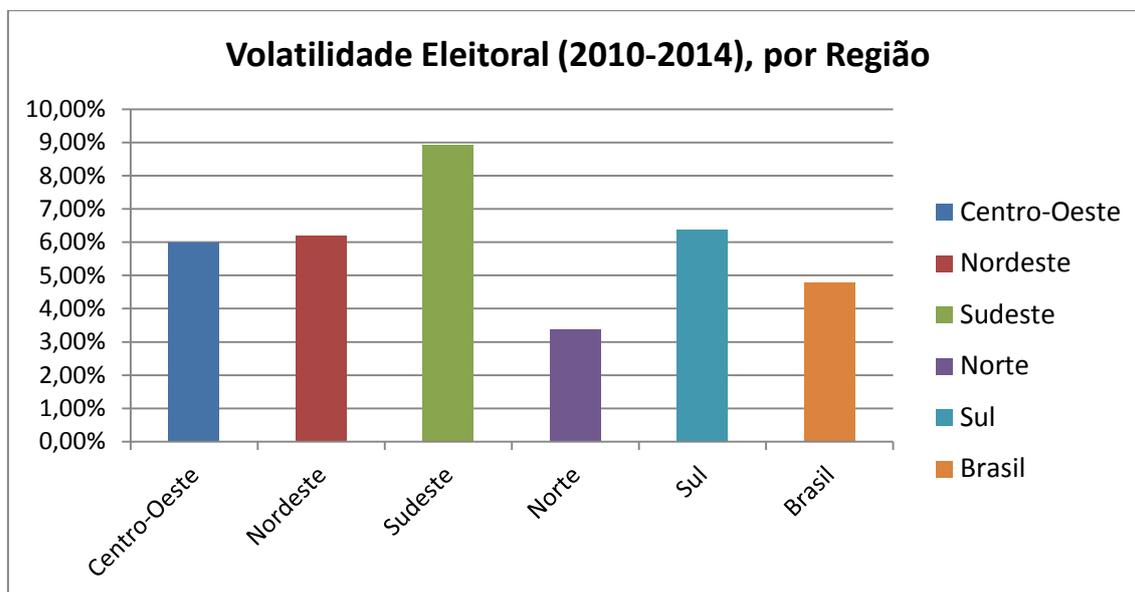
Tabela 2: Volatilidade Eleitoral entre as Eleições Presidenciais de 2010 e 2014, por Região.

	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Norte	Sul	Brasil
Aliança PT	-5,74%	-0,67%	-7,81%	0,73%	-5,41%	-4,79%
Aliança PSDB	1,97%	-4,13%	2,01%	-2,81%	2,18%	0,04%
Marina	1,77%	4,95%	-0,69%	0,65%	-0,95%	1,07%
PPE	0,08%	0,26%	0,72%	0,14%	0,53%	0,48%
PPD	0,73%	0,57%	0,89%	1,28%	0,71%	0,79%
PPC	0,39%	0,20%	0,60%	0,21%	0,56%	0,44%
Branços	0,51%	0,22%	-0,87%	0,32%	0,58%	0,53%
Nulos	-0,24%	-1,00%	-1,64%	0,03%	0,35%	0,17%
Abstenções	0,52%	-0,39%	2,58%	-0,55%	1,46%	1,27%
Volatilidade	5,98%	6,20%	8,91%	3,36%	6,37%	-4,79%

Fonte: Calculado a partir de TSE.

Uma primeira coisa que salta aos olhos na análise regional é que a volatilidade eleitoral nas regiões foi, em geral, mais elevada que o valor agregado encontrado para o país. Isto quer dizer que as perdas registradas em umas regiões pelas forças políticas aqui consideradas foram parcialmente compensadas por ganhos em outras regiões. O Sudeste aparece como a região onde houve maior volatilidade, enquanto o Norte aparece como a região de menor volatilidade nas votações para presidente. As regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul apresentaram taxas de volatilidade muito parecidas, em torno de 6%.

Gráfico 2: Volatilidade Eleitoral (%) entre as Eleições Presidenciais de 2010 e 2014, por Regiões Brasileiras.



A aliança comandada pelo PT teve este ano desempenho menor que em 2010 em todas as regiões brasileiras, exceto na região Norte. Já a aliança comandada pelo PSDB avançou nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e recuou nas regiões Nordeste e Norte. Marina Silva, sob a legenda do PSB, se saiu melhor neste ano na região Nordeste, principalmente, no Centro-Oeste e no Norte e recuou nas regiões Sul e Sudeste. Os Pequenos Partidos de Esquerda avançaram em todas as regiões, mas mais significativamente nas regiões Sudeste e Sul. Já os Pequenos Partidos de Direita também avançaram em todo o país, mas mais significativamente nas regiões Norte e Sudeste. A comparação do desempenho dos Pequenos Partidos de Centro, representados pelo PV nas eleições de 2014, ficou prejudicada porque optamos por considerar a candidatura de Marina (candidata do PV em 2010) como um caso à parte e não como uma candidatura partidária.

Uma análise mais fragmentada, ao nível das unidades da federação, certamente mostraria a existência de variações também significativas no interior de cada região. Um caso particularmente interessante de se destacar é o excelente desempenho da candidatura de Marina em 2014 em Pernambuco que, por si só, responde por toda a volatilidade positiva registrada para sua candidatura no nível nacional.

A análise da alienação eleitoral mostra sinais contraditórios entre as regiões e mesmo no interior de cada região. Assim, vemos que em 2014 aumentou a alienação eleitoral, seja

a decorrente da abstenção, seja dos votos em branco ou dos nulos. No entanto, no caso das abstenções podemos perceber que houve aumento nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e queda nas regiões Norte e Nordeste. No caso dos votos em branco, apenas no Sudeste houve uma redução este ano quando comparado ao de 2010. E quanto aos votos nulos, estes apresentaram aumento no Sudeste e Nordeste, mas declínio nas demais regiões.

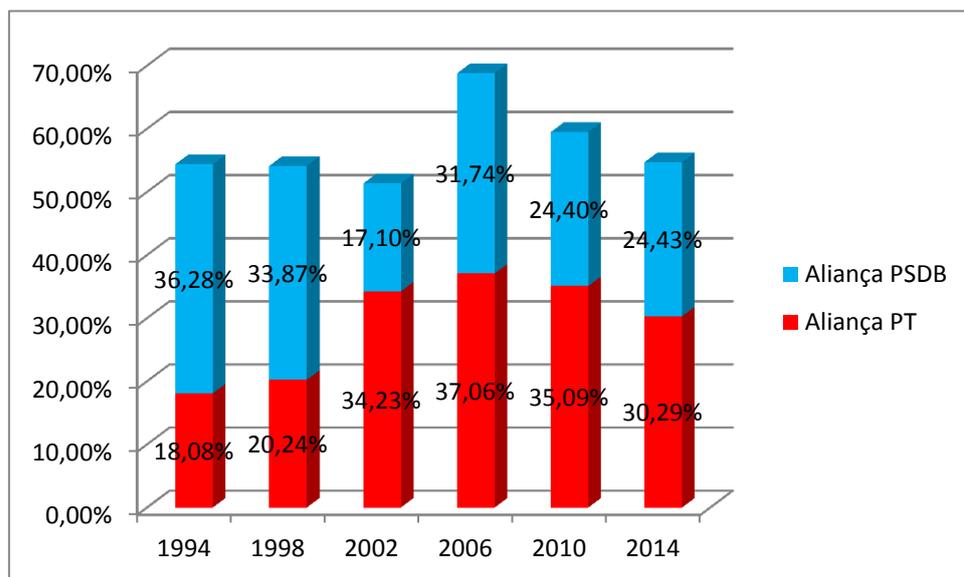
O caso do Sudeste é particularmente sintomático, pois embora as abstenções tenham crescido, os votos nulos e em branco declinaram entre 2010 e 2014, o que nos obriga a rejeitar qualquer explicação monolítica para o fenômeno.

Apenas na região Sul todos os fatores da alienação eleitoral caminharam no mesmo sentido, apresentando aumento tanto das abstenções quanto dos votos nulos e em branco.

Fim da Polarização PT-PSDB?

Por fim, para enfrentar a questão colocada acerca da superação da polarização política entre o PT e o PSDB na disputa pela Presidência da República, optamos por alongar um pouco mais nossa perspectiva histórica e olhar o resultado da eleição de 2014 em comparação à série de eleições que marcam essa polarização desde 1994. O gráfico 2, abaixo, mostra o percentual do eleitorado que votou em cada uma das alianças no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994 a 2014. Como podemos perceber, desde 2006 vem ocorrendo uma redução da participação da votação desses dois partidos na soma total do eleitorado. No entanto, o patamar alcançado em 2014 é muito semelhante ao registrado nos anos de 1994, 1998 e 2002. Ou seja, embora a tendência observada seja de declínio do desempenho eleitoral da aliança petista, a comparação com períodos anteriores não permite afirmar que a polarização entre PT-PSDB esteja em vias de ser superada.

Gráfico 2: Votação para Presidência da República das Duas Candidaturas mais Votadas, de 1994 a 2014, por Proporção do Eleitorado Total (%).



Fonte: Elaborada a partir de dados do TSE.

CONCLUSÃO

No que se refere à alienação eleitoral, o ano de 2014 mostrou uma elevação de todos os fatores que compõem o fenômeno, ou seja, registrou-se um aumento da abstenção eleitoral, dos votos nulos e dos votos em branco no conjunto do país. No entanto, embora elevada, a alienação eleitoral registrada em 2014 não pode ser considerada incomum na democracia brasileira recente, não indicando, portanto, um declínio significativo da crença na democracia ou no processo eleitoral no momento atual.

O fenômeno marcante desse primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 é queda de desempenho da aliança liderada pelo Partido dos Trabalhadores. Embora bastante acentuada, essa queda não resultou, no entanto, em ganhos significativos por parte das outras forças políticas principais. Os pequenos partidos de esquerda e, principalmente, de direita ampliaram muito o volume de votos recebidos, embora ainda detenham uma parcela pouco significativa do eleitorado total.

Os dados analisados não permitem afirmar se estamos diante de uma queda momentânea de desempenho do Partido dos Trabalhadores, explicável em função de aspectos conjunturais, ou se está em curso um declínio desse partido junto ao eleitorado. Também não foi possível identificar um destino claro para esses votos perdidos pela aliança petista nessas eleições. A chamada “terceira via”, representada pela candidatura de Marina Silva, não apresentou crescimento significativo que permita dizer que pôs fim à polarização existente entre PT e PSDB nas disputas presidenciais, embora o declínio de desempenho da aliança petista tenha reduzido o montante de votos válidos controlados por esses polos.

Pelos dados analisados, é cedo, portanto, para se falar em realinhamento partidário ou de tendências de mudança no sistema partidário brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. www.tse.gov.br

COSTA, Homero de Oliveira. 2006. *Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002)*. Tese de doutorado em Ciências Sociais defendida junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

DALTON, Russell; MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin. 2003. “Democracia e Identificação Partidária nas Sociedades Industriais Avançadas”. In: *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa (Portugal): ICS. Vol. XXXVIII, nº 167. pp. 295-320.

PEDERSEN, Mogens. 1979. “The Dynamics of European Party Systems: changing patterns of electoral volatility”. In: *European Journal of Political Research*. Odense (Dinamarca): Odense University. V. 7.

PERES, Paulo Sérgio. 2013. “Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? Uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral”. In: *Opinião Pública*. Campinas – SP: Unicamp. Volume 19, nº 1. pp. 21-48.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.